

RESOLUÇÃO N. 3/2020

O Presidente da Câmara de **Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP** ("Câmara"), no uso das suas atribuições e dos poderes conferidos no item 4, alínea *f*, do Regimento Interno da Câmara;

Considerando a situação de pandemia de Covid-19 e os seus efeitos para a economia e para as relações sociais;

Considerando o surgimento de conflitos com a mudança do cenário mundial de distanciamento social e restrições de atividades; e

Considerando a missão social da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Ciesp/Fiesp ("Câmara Ciesp/Fiesp") em promover os métodos adequados de solução de disputas, especialmente incentivar os meios consensuais de resolução de conflitos.

Considerando o intuito do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – Ciesp e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – Fiesp, através do DEJUR (Departamento Jurídico) e da Câmara, em divulgar aos seus associados o mecanismo da mediação, bem como auxiliá-los da melhor maneira a solucionar as suas controvérsias.

A Câmara de Mediação da Câmara de Conciliação Mediação e Arbitragem Ciesp/Fiesp, em parceria com os Departamentos Jurídicos (DEJUR) das entidades Ciesp e Fiesp, estabelecem o Projeto de Mediação Social.

1. O Programa de Mediação Social pode ser utilizado pelos associados ao Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - Ciesp e pelas empresas vinculadas a Sindicato filiado à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp, aderente ao Programa, para a solução de conflitos de natureza patrimonial, que versem sobre direitos disponíveis e direitos indisponíveis que admitam transação.
 - 1.1. O Programa de Mediação Social é isento de custos;
 - 1.2. Serão atendidos pelo Programa Mediação Social os casos solicitados a partir da vigência da presente resolução até o dia 31 de dezembro de 2020, cujo valor envolvido no conflito seja de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
 - 1.3. Os conflitos que envolvam valores superiores ao patamar estabelecido no item 1.2, ou que não atendam os demais requisitos do Programa, serão processadas de acordo com o Regulamento de Mediação da Câmara Ciesp/Fiesp e a tabela de custas aplicável.
 - 1.4. Estão excluídos do Programa de Mediação Social as disputas de natureza trabalhista e aquelas envolvendo o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo

- Ciesp, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - Fiesp, o Serviço Social da Indústria - Sesi, e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai.

- 1.5. A triagem dos casos elegíveis para o Programa de Mediação Social será feita pelo DEJUR, a menos que seja caso de evidente subsunção ao Programa.
2. A mediação será conduzida de maneira exclusivamente eletrônica, incluindo envio de comunicações por e-mail, realização de reuniões por programa de videoconferência a ser disponibilizado pela Câmara Ciesp/Fiesp, bem como a assinatura digital de Termo de Acordo.
3. A parte interessada no Programa de Mediação Social preencherá formulário específico disponível no site da Câmara Ciesp/Fiesp (www.cmasp.com.br), bem como anexará os documentos de representação da parte solicitante, incluindo procuração, se representada por advogado.
 - 3.1. A ausência de indicação de meios eletrônicos de contato da parte contrária impossibilita a aplicação do Programa de Mediação Social ao caso.
4. Recebido o formulário preenchido, a Secretaria da Câmara Ciesp/Fiesp analisará o pedido e, com a maior brevidade possível, designará mediador, que firmará Termo de Independência, Confidencialidade e Imparcialidade para atuar no caso concreto.
 - 4.1. Os mediadores que atuarão no presente Programa de Mediação Social serão previamente cadastrados perante a Câmara Ciesp/Fiesp (“Quadro Provisório de Mediadores para a Mediação Social”) e serão designados nos procedimentos por ordem de rotatividade e disponibilidade.
5. Na sequência das providências do item 4, a Secretaria da Câmara Ciesp/Fiesp emitirá notificação eletrônica para que a parte solicitada manifeste seu interesse no procedimento, no prazo de até 2 (dois) dias corridos.
 - 5.1. No mesmo prazo, as partes, se preferirem, podem indicar conjuntamente outro mediador do Quadro de Mediadores Provisórios para a Mediação Social.
 - 5.2. No mesmo prazo, as partes poderão apresentar recusa justificada do mediador. A Presidência da Câmara Ciesp/Fiesp decidirá eventual impugnação do mediador.
6. Salvo disposição em contrário pelas partes, o procedimento de mediação terá duração de até 15 (quinze) dias a contar da primeira sessão de mediação, prorrogáveis por mais 15 (quinze).

7. O mediador ou qualquer das partes poderá interromper o procedimento de Mediação a qualquer momento, se entenderem que o impasse criado é insuperável.
8. Salvo convenção em contrário das partes, qualquer pessoa que tiver funcionado como mediador ficará impedida de atuar como árbitro, caso o litígio venha a ser submetido à arbitragem.
9. O procedimento deste Programa de Mediação Social é rigorosamente sigiloso, sendo vedado aos membros da Câmara Ciesp/Fiesp, ao mediador e às próprias partes divulgar quaisquer informações relacionadas a ele, a que tenham acesso em decorrência de ofício ou de participação no referido procedimento, com proibição, inclusive, da gravação das sessões de mediação.
10. Os mediadores cadastrados neste Programa de Mediação Social deverão ser profissionais de ilibada reputação e reconhecida capacitação técnica, observando as mesmas causas de impedimentos para os árbitros.
11. Aplicar-se-ão os dispositivos do Regulamento de Mediação que não conflitarem com este Programa de Mediação Social, considerando sempre o caráter expedito e gratuito deste procedimento.
12. As dúvidas decorrentes da aplicação desta resolução serão dirimidas pelo Presidente da Câmara, bem como os casos omissos.
13. O Programa de Mediação Social passa a vigorar a partir de 17 de setembro de 2020.

São Paulo/SP, 14 de setembro de 2020.

Sydney Sanches
Presidente da Câmara Ciesp/Fiesp